

O ENSINO E A PESQUISA SOBRE POLÍTICA EXTERNA NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL¹

Carlos Aurélio Pimenta de Faria²

O status desfrutado pela Análise de Política Externa (APE) como subárea das Relações Internacionais (RIs), pensadas como campo acadêmico, parece hoje, nos Estados Unidos, não mais ser objeto de tanta polêmica, como ocorreu em décadas anteriores, quando se frustraram muitas das expectativas acalentadas originalmente pelos pesquisadores da subárea (Smith, 1986, resenhou estas críticas com pertinência). Hoje parece prevalecer, entre os seus adeptos no meio acadêmico, o entusiasmo, como tão visível nos trabalhos de Hudson (2005 e 2007). A revalorização da Análise de Política Externa foi cancelada, em 2005, pelo lançamento de um novo periódico exclusivamente dedicado ao fomento da pesquisa na subárea, qual seja, o *Foreign Policy Analysis*, publicado com o apoio da ISA (*International Studies Association*).

¹ A pesquisa que deu origem a este trabalho contou com o financiamento do CNPq e da FAPEMIG, a quem o autor gostaria de agradecer. O autor agradece também a Luísa Gonçalves de Medeiros e a Wilson Mendonça Júnior, pela competente e dedicada assistência na pesquisa. Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no III Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); São Paulo, USP, 20 a 22 de julho de 2011. O autor agradece os comentários e sugestões de Dawisson Belém Lopes e Haroldo Ramanzini Júnior.

² Possui graduação em História, Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (1992) e doutorado em Ciência Política pelo IUPERJ (1997). Foi pesquisador visitante da Universidade de Umea, na Suécia, onde cumpriu parte de sua pesquisa de doutoramento. Atualmente é professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (carlosf@pucminas.br)

Não se fará, aqui, uma apreciação, ainda que sintética, da evolução da subárea nos EUA. Para tanto, remetemos o leitor para os trabalhos listados no rodapé³. O objetivo deste artigo é, tão somente, analisar o ensino e a pesquisa sobre a política externa no Brasil nas duas últimas décadas.

Para tanto, o trabalho está organizado da seguinte maneira. Na primeira seção, discute-se a maneira como as principais narrativas acerca da evolução do campo de Relações Internacionais no Brasil, tido como área do conhecimento acadêmico, retratam o lugar que tem sido destinado, na própria área, ao estudo da política externa. A segunda seção é dedicada a uma apreciação do status da política exterior no ensino das RIs no país, tanto na graduação como na pós-graduação *scripto sensu*. Faz-se, também, um mapeamento e uma caracterização das teses e dissertações defendidas que tiveram como objeto a política externa. Na terceira, avalia-se o espaço dado aos estudos sobre política exterior em 3 fóruns acadêmicos de abrangência nacional, quais sejam: nos encontros da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Na quarta seção é feito um mapeamento e uma caracterização dos artigos sobre política exterior publicados, entre 1990 e 2010, nos seguintes periódicos brasileiros da área de RI: *Cena Internacional*, *Contexto Internacional*, *Política Externa* e *Revista Brasileira de Política Internacional*. Por fim, a quinta e última seção procura avaliar, brevemente, a relevância que os estudos comparativos têm na subárea da política externa no país. As considerações finais fazem um balanço geral da investigação empírica apresentada nas seções anteriores.

Antes, porém, devemos definir “política externa”, distinguindo-a de “política internacional”. É preciso, também, caracterizar, ainda que de modo sucinto, a subárea da Análise de Política Externa (APE), apresentando suas especificidades em relação ao *mainstream* das RIs, mesmo reconhecendo a profunda pluralização do campo nas décadas mais recentes, em termos teóricos, metodológicos e temáticos.

³ GERNER (1995); GROOM (2007); HILL & LIGHT (1986); HUDSON (2005 e 2007); HUDSON & VORE (1995); KAARBO (2003); KUBÁLKOVÁ (2001); LIGHT (1994); NEACK; HEY & HANEY (1995); RIPLEY (1993); ROSATI (2004); e SMITH (1986).

São quase inumeráveis as definições de “política externa” encontradas na bibliografia especializada. Aquela proposta por Arenal (1994) parece-nos suficientemente precisa em sua concisão e será a adotada neste trabalho:

*“por **política exterior** deve se entender o estudo da forma com que um Estado conduz suas relações com outros Estados, se projeta ao exterior, ou seja, se refere à formulação, implementação e avaliação das opções exteriores a partir do interior de um Estado, vistas da perspectiva do Estado”* (p.22, tradução do autor).

A definição que esse autor propõe para “política internacional” parece-nos também pertinente, qual seja:

*“A denominação **política internacional** abarca uma realidade mais ampla que a da política exterior, já que se refere não apenas à ação exterior de um Estado, mas ao conjunto das relações interestatais que constituem o sistema de Estados. Aqui a perspectiva não é a de um Estado, mas a deste sistema em seu conjunto”*. (Idem).

O campo das RIs dividiu-se na década de 1950, segundo Kubáľková (2001), em duas subáreas, quais sejam: Análise de Política Externa (APE) e o estudo da Política Internacional (PI). A questão que promoveu esse divórcio foi o tratamento dado ao Estado, anteriormente concebido como uma “caixa preta”, cujo conteúdo seria do interesse apenas da Ciência Política. Os analistas da política externa passaram a se dedicar à abertura dessa “caixa”, com o objetivo de compreender o comportamento internacional dos Estados, que foram tomados como unidades de análise. De sua parte, a PI se concentrou na interação entre os Estados, na conformação de um sistema, com o objetivo de decifrar os seus atributos. Como fica claro nas duas definições apresentadas acima, a primeira subárea (APE) privilegia as partes para a eventual compreensão do todo, ao passo que a segunda (PI) parte do todo para, por vezes, chegar às partes. “Uma vez que a APE se ‘moveu para dentro da caixa’, os acadêmicos de cada lado viram pouca necessidade uns dos outros e os dois subcampos começaram a crescer separadamente” (KUBÁĽKOVÁ, 2001, P.15).

Ainda hoje tal visão dicotômica da área parece prevalecer. Como sugerido por vários autores, os “estudos comparados de política externa (PE)”, as “teorias de médio alcance” e as “fontes domésticas da PE” foram, por um longo período, as abordagens principais da subárea da Análise de Política

Externa. Para os nossos interesses neste trabalho, a evolução do subcampo, que intercalou momentos de otimismo e euforia com períodos de desprestígio, interessa menos que uma caracterização da APE. Essa subárea se caracteriza hoje pela busca de articulação das arenas doméstica e internacional e pela tentativa de mobilizar, simultaneamente, os níveis de análise individual, do Estado e do sistema internacional, procurando integrá-los em um todo coerente (Gerner, 1995). Por isso Roseneau a definiu como uma “disciplina ponte” (*bridging discipline*), com “fronteiras ilimitadas” (apud Gerner, 1995). Como fica evidente, a parcimônia não faz parte do cardápio dos adeptos da APE, o que, muitas vezes, contribuiu para a inferiorização do subcampo no âmbito acadêmico.

Segundo Hudson (2005), a APE é caracterizada por sua ênfase no “ator-específico” (*actor-specific focus*), uma vez que a subárea está lastreada no argumento de que “tudo o que ocorre entre (*between*) as nações e através (*across*) delas está fundamentado nos tomadores de decisão humanos, agindo individualmente ou em grupos” (p.1). Ainda de acordo com Hudson, em outro trabalho (2007), a abordagem da APE teria seis marcos principais (*hallmarks*), quais sejam: (1) ela encara a explicação do processo decisório como **multifatorial**, tendo como objetivo examinar variáveis de mais de um nível de análise, sendo, por isso, (2) **multinível**. (3) A **multi ou interdisciplinaridade**, uma vez que *insights* e teorias de diversas áreas, como psicologia, sociologia, teoria organizacional, antropologia e economia, entre outras, são úteis na empreitada do analista da PE de explicar o processo decisório. A APE seria então, entre todos os subcampos das RIs, o empreendimento teórico mais radicalmente (4) “**integrativo**”, na medida em que ela busca integrar *a variety of information across levels of analysis and spanning numerous disciplines of human knowledge* (2007, p.6). (5) Uma ênfase nas **teorias “orientadas para o agente”** (*agent-oriented*). Os Estados não seriam agentes porque eles são “abstrações e por isso não têm agência”. (6) A teoria da APE seria também “profundamente **actor-specific**” na sua orientação, pelos motivos já expostos.

A APE do período pós-Guerra Fria teria, ainda segundo Hudson (2007), preservado os seus compromissos teóricos específicos, que caracterizariam a subárea desde os seus primórdios, sendo os principais:

- *“a commitment to look below the nation-state level of analysis to actor-specific information.*
- *a commitment to build middle-range theory as the interface between actor-general theory and the complexity of the real world.*
- *a commitment to pursue multicausal explanations spanning multiple levels of analysis.*
- *a commitment to utilize theory and findings from across the spectrum of social science.*
- *a commitment to viewing the process of foreign policy decisionmaking as important as the output thereof”.* (Hudson, 2007, p.31)

Tendo feito esta brevíssima caracterização da subárea da Análise de Política Externa, passemos, agora, à nossa apreciação do ensino e da pesquisa sobre a política exterior, no campo das RIs no Brasil, seguindo a estrutura apresentada acima. Antes, porém, devemos antecipar, como será visto com mais detalhe no final da próxima seção, que apenas parte da produção acadêmica brasileira sobre a política exterior parece se enquadrar nesta definição da subárea, de seus propósitos, objetos e métodos.

1- A política externa brasileira vista pelas grandes sínteses da área de Relações Internacionais no país

Recorde-se, inicialmente, que há inúmeros trabalhos dedicados ao estudo da evolução e à caracterização do campo das RIs no Brasil⁴, o que talvez reflita uma necessidade de (auto)afirmação da área como campo do conhecimento específico ou, para muitos dos internacionalistas brasileiros, preferencialmente autônomo. Segundo uma ótica mais “benévola”, e certamente mais precisa, é possível pensar a existência dessa multiplicidade de estudos, talvez sem par nas Ciências Sociais brasileiras, como expressão do próprio processo de constituição do campo no país, envolvendo atividades necessárias como a auto-observação, a autodescrição e a autorreflexão (Cruz e Mendonça, 2010). O presente trabalho é, também ele, parte deste processo ainda em curso.

A área de RI é, como se sabe, de constituição bastante recente no país, como evidenciado pela expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação,

⁴ Ver, entre outros: ALMEIDA (1993 e 1999a e b); CRUZ & MENDONÇA (2010); FONSECA JR (1989); HERZ (2002); HIRST (1992); LESSA (2005 e 2006); MIYAMOTO (1999 e 2003); SANTOS & FONSECA (2009); SANTOS (2005); e SARAIVA & CERVO (2005).

iniciada em meados dos anos 1990 e concentrada na década de 2000, e pela criação da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais) apenas em 2005, a qual realizou o seu primeiro encontro em 2007.

A constituição da área é, assim, tardia no Brasil, onde as RIs surgiram, no plano acadêmico, em estreita relação com a Ciência Política, a exemplo do ocorrido nos EUA, como destacado por inúmeros autores, ainda que as raízes do campo estejam “plantadas na história diplomática, no Direito Público Internacional e no ramo correspondente da Economia”. As RIs gradualmente adquiriram identidade própria e “nem sempre seus praticantes se reconhecem como cientistas políticos” (Cruz e Mendonça, 2010, p.298).

Não se pretende, nesta seção, ofertar mais uma narrativa, ainda que sintética, da evolução do campo no Brasil. O objetivo, muito mais singelo, é, tão somente, tentar verificar a maneira como estas grandes sínteses da área no país retratam o significado, a relevância e o desenvolvimento, no próprio campo, do estudo da política externa.

Nas próximas seções deste trabalho será evidenciado o espaço minoritário ocupado nos últimos anos, no âmbito acadêmico das RIs do país, pelos estudos sobre a política externa. Contudo, um quadro bastante diferente emerge da leitura daqueles trabalhos que buscaram fazer uma apreciação da formação do campo no Brasil, segundo os quais, em momentos anteriores, prevalciam os estudos sobre a política exterior brasileira. Vejamos o que dizem esses trabalhos, seguindo uma ordem cronológica:

“O que marcará, então, em suas linhas mais gerais, o ‘modo brasileiro’ de refletir sobre relações internacionais será a busca de uma compreensão específica do andamento da política externa” (Fonseca Jr., 1989, p.276).

“(...) o interesse despertado pelos novos rumos introduzidos na política externa brasileira a partir de meados dos anos 70 no meio acadêmico (...) constituiu o principal impulso para o desenvolvimento da área de RI na década de 70. Não obstante, o fato de que esta área concentra sua atenção temática na própria ação do Estado, leva a que se crie uma forte associação entre o desenvolvimento da disciplina RI e o estudo da política externa brasileira” (Hirst, 1992, p.66).

“A partir de um exame da produção nacional sobre os temas contemplados pela área de relações internacionais (...) é possível revelar o duplo caráter da bibliografia produzida até o final dos anos

80: a recuperação histórica e a prescrição quanto à política externa do país. Os principais debates teóricos e epistemológicos que marcaram o desenvolvimento da área de estudos na Europa, Estados Unidos e outros centros não haviam alcançado os pesquisadores brasileiros até recentemente. Esse quadro começa a se modificar nos anos 90". (Herz, 2002, p.8).

"Ainda nos anos 90, a maior parte da produção acadêmica trata da inserção internacional do Brasil, da formulação de sua política externa e dos vínculos bilaterais relevantes, em particular com os Estados Unidos e Argentina. A distribuição temática das teses de mestrado e doutorado nos anos 80 e 90 demonstra esse fato claramente (...), assim como a publicação de artigos em periódicos. Se observarmos a publicação de livros, essa realidade é ainda mais evidente, pois a maior parte da produção nacional refere-se a trabalhos históricos sobre política externa brasileira e a inserção internacional do país" (Herz, 2002, p.23).

Neste diapasão, Paulo Roberto de Almeida destacava, no final da década de 1990, mesmo reconhecendo o caráter interdisciplinar da área também no Brasil, que, no campo das RIs no país, seria possível notar “uma certa *ditadura benigna* da história das relações internacionais sobre as demais disciplinas das ciências humanas (sociologia ou ciência política), bem como sobre as ciências sociais aplicadas (direito, administração ou economia)” (1999a, p.119, grifo no original). Em outro estudo da mesma época, o autor afirma:

“(...) elaborações mais reflexivas a respeito das relações internacionais do Brasil derivaram sobretudo de trabalhos acadêmicos de brasilianistas, sem que a própria academia brasileira tenha efetuado contribuições teóricas de relevo, a despeito da existência de alguns bons pensadores nas vertentes da ciência política e do direito e de pesquisadores de influência ‘renouviniana’ na área da história (em especial na Universidade de Brasília). Do ponto de vista específico da produção intelectual nessa área, pode-se dizer que ela evoluiu da vertente puramente historiográfica da era tradicional para a do ensaísmo histórico e sociológico do período de transição e mesmo para análises de cunho mais marcadamente político da fase recente” (Almeida, 1999b, p.194).

Em trabalho de meados da década de 1990, Amado Luiz Cervo, afirmando que o estudo das RIs no país era um “pensamento sem teoria” e partindo do debate internacional, teve o cuidado de distinguir o labor analítico

dos historiadores daquele dos politólogos, colocando “pimenta” em um debate que, no Brasil, se mantém intenso até os dias de hoje. Mais uma longa citação se faz necessária aqui:

“A maneira como historiadores fazem teoria das relações internacionais é bem distinta do procedimento dos cientistas políticos. A diferença está no ponto de partida: para estes, certos princípios admitidos como postulados que presidem à dedução do conhecimento; para aqueles, a massa de conhecimento acumulado pela pesquisa de base empírica admitida como fundamento de um processo de raciocínio que é, antes, indutivo. A teoria dos historiadores revelou-se aberta e flexível à contribuição de outras ciências sociais e acabou por libertar a história dos nacionalismos que impregnavam a velha história diplomática. A teoria dos historiadores tem outro ponto de distinção relativamente à de seus colegas cientistas: não corre atrás daquele segredo, a chave da explicação das relações internacionais”. (Cervo, 1994, p.13, grifo no original).

Não nos interessa, neste estudo, reavivar certas disputas, nem tampouco resenhá-las. O desenvolvimento subsequente da historiografia das RIs brasileiras foi sintetizado por Lessa (2005), que termina o seu balanço questionando a pertinência do julgamento de Cervo (um “pensamento sem teoria”) para a caracterização dos períodos mais recentes. Santos (2005), por seu turno, em artigo do mesmo ano, argumenta, na direção oposta, que o subcampo da História das RIs no Brasil, nas duas décadas precedentes, sofreu pouca repercussão dos debates teóricos e metodológicos. Ao se referir à grande síntese feita na *História da Política Exterior do Brasil* de Cervo & Bueno, lançada originalmente em 1992 e reeditada várias vezes, talvez ainda hoje o manual mais utilizado nos cursos de graduação do país, Santos assim se posiciona (e também aqui não se pode escapar de mais uma longa citação):

“(...) os autores, ao mesmo tempo em que recorrem a uma metodologia que privilegia as causas múltiplas e os diferentes níveis analíticos para compreender a inserção internacional do Brasil e a política exterior brasileira, identificam Estado e nação e confundem o discurso diplomático do Itamaraty com a própria política externa brasileira. Assim, a história das relações internacionais dos autores não está, de fato, situada num quadro da história geral, como diria Renouvin, de história econômica e social, história das idéias e das instituições; por outro lado, o Estado é identificado com uma nação unitária, não

multifacetada nem problematizada. Em vários trechos da obra os autores fazem referência ao Estado brasileiro conformando-se com os interesses da 'nação' (Santos, 2005, p.26).

Elencando, no início da década de 1990, as questões e problemas que até então eram omitidos ou negligenciados pelos estudiosos da política exterior do Brasil, Hirst (1992) mencionava, entre outros:

“No que diz respeito ao universo doméstico, são diversas as dimensões a serem decifradas e posteriormente incorporadas ao estudo da política externa brasileira. A análise do processo decisório com base em sua base societal (grupos de pressão, valores da elite dominante, tradições históricas, etc.), a origem institucional da política externa, a construção de seu discurso, são perspectivas pouco exploradas neste sentido. Uma importante explicação para esta carência constitui o apego a perspectivas globalizantes que raramente se detêm na análise de aspectos específicos como os que acabo de mencionar. Trabalha-se com a noção do Estado como ator unificado, o que exerce um efeito extremamente simplificador, seja para a captação das relações interburocráticas, como para a percepção de dinâmicas que se estabelecem entre a burocracia do Estado e os interesses vivos da sociedade” (Hirst, 1992, pp.68-69).

Claro está que, se esse quadro começa a se alterar já na década de 1990, como notado por Herz (2002, p.23), os anos 2000 testemunham uma multiplicação e diversificação dos trabalhos da subárea, produto e ao mesmo tempo causa re-alimentadora do *boom* que não apenas a área de RI tem vivido no país, mas também os estudos sobre a política externa, como se verá nas próximas seções deste trabalho.

Em nossa análise do ensino e da pesquisa sobre política externa desenvolvidos nas duas últimas décadas, que se segue, temos um duplo intuito: de quantificação e de classificação. Os métodos empregados serão apresentados abaixo. Cabe aqui, contudo, afirmar que o debate entre historiadores e cientistas políticos, que obviamente não se pauta pela dicotomia passado x presente, será enfrentado de uma maneira bastante peculiar. Os trabalhos da subárea serão classificados em duas categorias (Política Externa – PE e Análise de Política Externa - APE), as quais, por sua vez, serão subdivididas da seguinte maneira: (a) política externa brasileira (PEB); (b) política externa de outros países

(PEOP); (c) análise da política externa brasileira (APEB); e (d) análise da política externa de outros países (APEOP).

Se a categoria APE foi apresentada em maior detalhe na introdução deste artigo, classificaremos como estudos tipo PE aqueles que adotam “perspectivas globalizantes”, nos termos de Hirst (1992), dedicados ao estudo das grandes diretrizes da inserção internacional do país, de seus aspectos mais gerais, com pouca preocupação com os determinantes domésticos da política exterior e com o seu processo decisório e que, e esse ponto é central, encaram o Estado como ator unitário. Note-se, também, que essa classificação parece inovar, por exemplo, ao dar um sentido mais claro a uma das categorias utilizadas por Herz (2002) em seu levantamento e classificação temática das dissertações e teses em RI e dos trabalhos da área apresentados na ANPOCS durante as décadas de 1980 e 1990. Isso porque uma das categorias adotadas pela autora é a da “Política Externa Brasileira e Relações Internacionais do Brasil”, a qual era, diga-se, majoritária entre os demais temas distinguidos pela autora, tanto no caso dos trabalhos de conclusão quanto no dos estudos apresentados na ANPOCS. Ressalte-se, porém, que a nossa categoria PE não deve ser entendida como sinônimo de “RIs do Brasil”, categoria última essa que, em nosso juízo, abarcaria questões, problemas e atores outros que não apenas aqueles envolvidos na política externa, como definida na introdução deste estudo.

Deve ficar claro, aqui, que não se pretende, com esta distinção entre PE e APE, endossar qualquer dicotomia do tipo tradicional/moderno ou descritivo/analítico, ainda que o autor deste trabalho considere desejável o fortalecimento da Análise de Política Externa no país, o que implicaria a matização daquelas tendências “globalizantes” mencionadas anteriormente, o que efetivamente parece já estar ocorrendo, como se verá adiante. E isso também porque se reconhece que, com o crescente adensamento das relações internacionais do Brasil e com a politização cada vez maior de sua política exterior, parece razoável esperarmos que o instrumental analítico típico da APE, ao privilegiar os determinantes domésticos da política externa, se torne cada vez mais importante para a compreensão da inserção internacional do país. Note-se, contudo, que não é incomum que trabalhos mais alinhados à APE, ao se concentrar, por vezes excessivamente, no âmbito doméstico em sua busca pela compreensão do posicionamento dos Estados no plano internacional,

subestimem os constrangimentos sistêmicos que limitam a autonomia dos tomadores de decisão nacionais, como apontado, por exemplo, por Light (1994).

Devemos destacar, ainda, que reconhecemos como problemática a incapacidade de nossa classificação de trazer para o primeiro plano, de forma explícita, a fundamental questão da teoria e do método. Esperamos, contudo, que o que se perde nesse sentido seja, de alguma forma, compensado pela possibilidade, que tal opção simplificadora nos oferece, de ampliação da abrangência da pesquisa empírica. Além, é claro, da possibilidade que ela nos dá de verificar em que medida a nova geração de estudiosos da política externa tem, ou não, se concentrado exclusivamente na experiência brasileira, o que também é uma forma de se aferir a maturidade não apenas da subárea, mas também das próprias RIs no Brasil.

2- A política externa no ensino das Relações Internacionais no Brasil

Esta seção do trabalho está dividida em duas partes. Na primeira, aprecia-se o espaço da política externa no ensino de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais no Brasil. Na segunda, fazemos um mapeamento e classificação das investigações sobre política externa nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em RI do país e também nos trabalhos de conclusão disponibilizados no Banco de Teses e Dissertações da Capes⁵, que abarca todas as áreas do conhecimento.

2.1- A política externa no ensino de graduação e de pós-graduação em Relações Internacionais

O lugar ocupado hoje pela política externa no campo das Relações Internacionais do Brasil pode ser vislumbrado, inicialmente, por intermédio da maneira como a subárea tem sido abordada no ensino das RIs no país, nos âmbitos da graduação e da pós-graduação.

Usualmente toma-se a expansão dos cursos de graduação em RI no país, fenômeno que se acelerou na década de 2000, como indicador da consolidação do

⁵ A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é uma agência do governo federal brasileiro, vinculada ao Ministério da Educação, encarregada de fomentar, regulamentar e avaliar a pós-graduação no Brasil.

campo no Brasil. Existiam em 2011, no país, 102 graduações em RI registradas no Ministério da Educação, a grande maioria em instituições de ensino privadas (apenas 11 desses cursos eram ofertados por universidades públicas). Dessas 102 graduações, tivemos acesso às grades curriculares de 87 cursos, nos quais são ofertadas 172 disciplinas dedicadas à política externa, entre obrigatórias, a esmagadora maioria, e optativas (apenas 10 delas são optativas, mas não obtivemos informação, acerca dessa questão, sobre 15 dessas disciplinas)⁶. Entre essas 172 disciplinas, estão incluídas aquelas com um enfoque mais histórico, bem como aquelas que privilegiam a diplomacia. Note-se, de passagem, que apenas um desses cursos **não** oferece disciplina alguma voltada à política externa.

Para se ter uma idéia da diversidade de abordagens e recortes, basta dizermos que essas 172 disciplinas dedicadas à política externa são ofertadas com 50 denominações diferentes, sendo “Política Externa Brasileira” (PEB) a mais comum (38 disciplinas). Outras denominações mais frequentes são, na ordem decrescente: PEB I (14 disciplinas); PEB II (14); “História da PEB” (13) e “História das RI do Brasil” (9). Trinta e três (33) disciplinas têm denominações que não se repetem em outros cursos de RI, como, por exemplo: “Problemas de PEB”; “Diplomacia Econômica nas RIs”; “PEB do Regime Militar” e “Problemas Diplomáticos Contemporâneos”.

Importa-nos aqui, porém, salientar que parece correto afirmarmos que a subárea da Análise da Política Externa ainda padece, no país, de um grau de institucionalização talvez aquém do desejado, pelo menos no quesito ensino. Isso porque, no âmbito da graduação, é relativamente rara a oferta de cursos específicos, distintos da tradicional disciplina “Política Externa Brasileira” (ou “História da Política Externa Brasileira”), que têm normalmente, ambas, um viés mais histórico, recortes temporais pautados pelos mandatos presidenciais e uma ênfase na diplomacia, em função também do próprio insulamento tradicional da política externa do país e do Itamaraty. Essas são disciplinas em que predomina a visão do Estado como ator unitário.

⁶ Fontes: sítio do Ministério da Educação (MEC), www.e-mec.gov.br, acesso em 18 de maio de 2011, sítios das instituições e correspondência com as coordenações dos cursos.

Dessas 172 disciplinas dedicadas à política externa na graduação, apenas 15 (ou 24, se incluirmos as 9 disciplinas de “Introdução à Política Exterior”) parecem se filiar com mais clareza à subárea da Análise de Política Externa, assumidamente interdisciplinar, que tem por objetivo principal, como visto, apreciar a maneira como o posicionamento internacional dos Estados é produzido a partir de complexas interações entre atores e instituições do plano doméstico, estatais e não estatais, levando-se em consideração a sua percepção acerca dos constrangimentos e oportunidades advindos do sistema internacional.

No que diz respeito à pós-graduação, o panorama parece não ser muito diferente, mesmo que, também nesse âmbito, o espaço destinado à política externa seja significativo. Dos onze programas de pós-graduação em RI reconhecidos pela Capes⁷ (dados de meados de 2011), apenas 3 eram ofertados por instituições privadas, havendo somente 3 que ofertavam o Doutorado. Sete desses onze programas tinham linhas de pesquisa dedicadas à política externa. Nesses onze programas, era ofertado um total de 26 disciplinas da área da política exterior, apenas 6 delas obrigatórias (somente um dos onze programas **não** oferta disciplina alguma na área). Dentre essas 26 disciplinas, contudo, apenas três eram denominadas “Análise de Política Externa”. Quando são analisados os programas dessas 26 disciplinas dedicadas à política exterior, o que se constata é que, além das 3 intituladas Análise de Política Externa (todas as 3 optativas), somente outras 3 tinham conteúdo que podia ser pensado como equivalente⁸. Dito de outra forma, apenas 6 dessas 26 disciplinas (23%)

⁷ Optamos por não incluir na discussão que se segue o curso de mestrado em “Estudos estratégicos da defesa e da segurança”, ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e o curso, mestrado e doutorado, em “Estudos estratégicos internacionais”, ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). São os seguintes os 11 programas de pós-graduação *stricto sensu* analisados: CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Rio de Janeiro, Mestrado, RIs para a América do Sul); Instituto Rio Branco (Brasília, Mestrado profissional em Diplomacia); PUC Rio (Mestrado e Doutorado em RI); PUC Minas (Mestrado em RI); Universidade Estadual da Paraíba (Mestrado em RI); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Mestrado em RI); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Mestrado em RI); Universidade de Brasília (Mestrado e Doutorado em RI); Universidade Estadual de São Paulo (Marília, Mestrado em RI); Universidade de São Paulo (Mestrado e Doutorado em RI); e Universidade Federal de Santa Catarina (Mestrado em RI).

⁸ Fontes: sítio da Capes (<http://capes.gov.br/>), acessado em 19 de maio de 2011, e sítios dos programas de pós-graduação na internet.

enfativavam os atores, as preocupações e os métodos privilegiados pela subárea da Análise de Política Externa.

Por outro lado, como destaca Lessa (2005), os PPGRI mais recentes têm “feições mais multidisciplinares” (p.176), o que talvez possa ser pensado como potencialmente capaz de induzir o desenvolvimento de investigações que procurem abrir a “caixa preta” do Estado, como pretendido pela APE, que, como vimos, demanda, requer e se constitui a partir da interdisciplinaridade.

O que parece claro é que, ainda hoje, a subárea da Análise de Política Externa tende a ser pouco privilegiada até nas grades curriculares dos cursos de pós-graduação em Relações Internacionais do país.

2.2- A política externa nas teses e dissertações

Uma apreciação das dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação em RI do país mostra-se também como reveladora. Discutiremos, abaixo, o resultado de uma pesquisa sobre esse tipo de produção nos onze PPGs em RI que listamos há pouco. Foram consultados os sítios dos Programas e o Banco de Teses e Dissertações da Capes. Note-se, porém, que são contabilizados os trabalhos disponibilizados e não necessariamente todos aqueles efetivamente defendidos no âmbito desses 11 PPGRI. A Tabela 1, abaixo, apresenta um mapeamento e classificação das teses e dissertações sobre política externa defendidas nesses programas (e disponibilizadas) entre 1990 e 2010. Ressalte-se, ainda, que, pelos motivos explicitados na nota da Tabela, foram contabilizados os trabalhos de conclusão de apenas 7 desses 11 programas.

O tipo de tratamento analítico dado à política externa nas teses e dissertações, verificado a partir do título e do sumário, método que reconhecemos como problemático, foi classificado segundo as nossas quatro categorias: (a) política externa brasileira (PEB); (b) política externa de outros países (PEOP); (c) análise da política externa brasileira (APEB); e (d) análise da política externa de outros países (APEOP). O significado e a pertinência desta distinção foram discutidos anteriormente.

Tabela 1
A política externa nas teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (1990-2010)

PROGRAMAS	Nº Total	TCCs Sobre Política Externa (PE + APE)		Análise de Política Externa Brasileira (APEB)		Análise de Política Externa de Outros Países (APEOP)		Análise de Política Externa (APE = APEB + APEOP)		Política Externa Brasileira (PEB)		Política Externa de Outros Países (PEOP)		Subtotal Política Externa (PE = PEB + PEOP)	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
CEBELA IRBr PUC/MG PUC/RJ (M+D) UFRGS UNB (M+D) UNESP	809	167	100,00	61	36,53	35	20,96	96	57,49	53	31,74	18	10,78	71	42,51

Notas: %: baseado no total de teses e dissertações sobre política externa (N=167);

N = número total de teses ou dissertações;

UEPB, UERJ e USP: cursos iniciaram em 2009 e não tinham dissertações defendidas/disponibilizadas em junho de 2011;

UFSC: curso iniciou em 2011 e não tinha dissertações defendidas/disponibilizadas em junho de 2011;

IRBr: desde 2004, todos os aprovados no concurso de ingresso à carreira diplomática são automaticamente inscritos no Mestrado profissionalizante em Diplomacia do Instituto Rio Branco, o que faz dele o mestrado que tem o maior número anual de alunos ingressantes das áreas de CP e RI (Santos & Fonseca, 2009).

Fonte: Elaboração própria, a partir do sítio dos programas e dos Banco de Teses e Dissertações da Capes. Acesso em 20 de junho de 2011.

Cabe, inicialmente, destacarmos que, das 809 teses e dissertações disponibilizadas, apenas 167 (ou 20,64%) foram dedicadas à política externa. Como não nos foi possível aferir as diferenças eventuais entre trabalhos de conclusão efetivamente defendidos e aqueles disponibilizados, não faremos comparações entre os programas. Como demonstrado na Tabela 1, prevalecerem os trabalhos que consideramos como filiados à subárea da Análise de Política Externa (APE), que são 96 (ou 57,48%) das 167 teses e dissertações sobre política externa disponibilizadas. Não será surpresa, por certo, o fato de a maior parte desses 167 trabalhos de conclusão sobre política externa dedicar-se à política exterior do Brasil (PEB + APEB) (trabalhos comparativos incluídos aqui. Veja-se a quinta seção deste artigo para uma apreciação da política externa comparada na academia brasileira). Contudo, o fato de 53 (35 + 18) deles (31,74%) terem como objeto a política externa de outros países denota que o campo de RI no Brasil tem formado internacionalistas que dificilmente poderão ser considerados como autocentrados⁹.

Como os programas de pós-graduação em Relações Internacionais não monopolizam os estudos sobre a política externa, o que deve ser pensado como positivo, como acreditamos, resolvemos verificar o que o Banco de Teses e Dissertações da Capes poderia nos dizer. A Tabela 2, abaixo, apresenta o resultado da pesquisa nesse Banco, que abarca o período 1987-2009 e abrange todas as áreas do conhecimento. A partir da busca pelas palavras-chave “política externa” e “política exterior”, chegou-se, após a eliminação das redundâncias, ao resultado de 588 teses e dissertações¹⁰. Recorde-se que esse N é de 167 na pesquisa feita junto aos PPGRI. Percebe-se, assim, que a grande maioria das teses e dissertações sobre política externa foi apresentada em

⁹ Note-se, porém, o alerta feito por Amorim Neto, que, no entanto, não nos parece plenamente adequado ao tipo de estudo que estamos mapeando: “(...) o que leva um analista ao subcampo da política comparada [que o autor considera como incorporando também análises de apenas um outro país estrangeiro, a exemplo da forma como se define política comparada nos EUA] é verificar o quão generalizáveis são as relações que estabelece a partir da observação da política do seu país. Nesse sentido, a política comparada não é a superação do paroquialismo, mas sim um método de validação do que se observa na paróquia. Paroquialismo e comparações multinacionais mantêm, consequentemente, uma relação de dependência mútua, pois um não existe sem o outro” (p.330).

¹⁰ Ressalte-se que o fato de um desses termos ter sido escolhido pelo autor do trabalho como uma das palavras-chave não significa, necessariamente, que o foco **principal** do estudo seja a política externa, o que fragiliza a comparação que fazemos na sequência, posto que a mesma nota de cautela **não** se aplica à seleção que fizemos dos trabalhos de conclusão dos PPGRI.

programas outros que não os de RI, os quais, em sua maioria, são bastante recentes. Esses trabalhos de conclusão não foram classificados segundo a sua abordagem, como fizemos em relação às teses e dissertações dos PPGRIs. Contudo, a subdivisão do período tratado (1987-2009) revela-nos que o interesse pela política externa tem sido crescente, em um contexto, como se sabe, de grande expansão da pós-graduação no país. Note-se que o quinquênio 2005-2009 concentra mais de 50% dos trabalhos sobre política externa defendidos nos 23 anos em questão. Trata-se, pois, de fenômeno bastante recente.

Tabela 2
Teses e Dissertações sobre Política Externa
(Todas as áreas – Banco da Capes – 1987 a 2009)

Período	Teses		Dissertações		Mestrado Profissional		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1987 a 1989	1	1,11%	10	2,30%	0	0,00%	11	1,87%
1990 a 1994	7	7,78%	34	7,83%	0	0,00%	41	6,97%
1995 a 1999	11	12,22%	49	11,29%	0	0,00%	60	10,20%
2000 a 2004	29	32,22%	113	26,04%	26	40,63%	168	28,57%
2005 a 2009	42	46,67%	228	52,53%	38	59,38%	308	52,38%
Total	90	100%	434	100%	64	100%	588	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco de Teses e Dissertações da Capes, acessado em 14 de junho de 2011 <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/cadastro-de-discentes/teses-e-dissertacoes>>

3- A pesquisa sobre política externa nos fóruns acadêmicos brasileiros

Para avaliarmos o espaço concedido ao estudo da política externa, e também às Relações Internacionais, nos fóruns acadêmicos brasileiros das Ciências Sociais, optamos por analisar a programação dos encontros da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Será analisada a programação dos 3 encontros já realizados pela ABRI, que são bianuais, de todos os 7 encontros da

ABCP acontecidos até 2011, que também são bianuais, e dos encontros anuais da ANPOCS acontecidos entre 1998 (22º Encontro) e 2011 (35º Encontro). Note-se que os encontros nacionais da ABCP ocorrem nos anos pares, ao passo que os da ABRI acontecem nos anos ímpares, o que faz com que os eventos não “concorram” diretamente entre si e permite que acadêmicos e estudantes possam frequentar ambos mais facilmente. Esse rodízio é da maior relevância quando se pensa na necessidade de fertilização recíproca entre as áreas, o que é particularmente importante no caso da investigação sobre a política externa, pelo menos para aquela filiada à subárea da Análise de Política Externa. Será analisado apenas o conteúdo dos grupos de trabalho, seminários temáticos ou áreas temáticas e das mesas redondas, que são, muito provavelmente, os eventos mais relevantes dos fóruns acadêmicos em questão. As informações foram obtidas nos sítios eletrônicos das associações e nos programas impressos dos encontros.

A ABRI é a menor e a mais recente das 3 associações. Ela foi criada em 2005, tendo realizado o seu primeiro encontro nacional em 2007. Em junho de 2011, a ABRI tinha 484 sócios, assim divididos: plenos (183), profissionais (82) e estudantes (219) (dados fornecidos ao autor pela ABRI). Note-se, porém, que esses dados se referem ao período imediatamente anterior à realização de seu 3º encontro, em julho de 2011. O número de sócios, como ocorre de maneira geral, tende a se ampliar significativamente durante os encontros nacionais.

A ABRI, naturalmente, dá à política externa, desde os seus primórdios, o mesmo status concedido a outras subáreas da disciplina, posto que, na Associação, o campo era dividido, quando do seu primeiro encontro, em 2007, em 6 Seções Temáticas, quais sejam: Economia Política Internacional; Instituições Internacionais; Integração Regional; Política Externa; Segurança Internacional; e Teoria das RIs. No encontro de 2011, uma nova Área Temática somou-se às anteriores (História das RIs) e a área de Instituições Internacionais tornou-se Instituições e Organizações Internacionais.

Qualquer apreciação mais sistemática da evolução da Associação que tenha como foco os seus encontros nacionais fica comprometida pelo fato de o segundo evento ter sido realizado, em 2009, como um encontro conjunto entre a ABRI e a ISA (*International Studies Association*). A realização desse encontro conjunto, se fundamental para a consolidação do campo no Brasil, é também um complicador para uma apreciação temática e quantitativa da evolução da

ABRI. Isso porque no primeiro encontro foram apresentados 190 trabalhos, em 47 painéis. No encontro conjunto de 2009, foram apresentados 1212 trabalhos, em 233 painéis. Já no de 2011, foram apresentados 507 trabalhos, em 127 painéis. De todo modo, percebe-se que a área, de uma maneira geral, vem apresentando um crescimento exponencial, como refletido, também, pela expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação.

Uma vez que o encontro de 2009 foi tão atípico, faremos apenas uma comparação entre o 1º e o 3º encontros. Assim, o que se pode dizer é: no encontro de 2007, foram realizadas 8 mesas redondas, mas nenhuma delas teve como foco específico a política externa. No encontro de 2011, das cinco mesas redondas realizadas, uma teve como foco a política externa. Cabe destacarmos, também, que no encontro de 2011, a Área Temática de Política Externa foi aquela que teve o maior número de trabalhos entre os 507 apresentados. Foram 107. A segunda área temática em termos de trabalhos foi a de Instituições e Organizações Internacionais, com 85. A menor delas, segundo esse critério, foi a de Economia Política Internacional, com 47 trabalhos (dados fornecidos ao autor pela Associação).

A ABCP, por seu turno, realizou o seu primeiro encontro bianual em 1998. Até 2011, foram realizados 7 encontros, sendo que, desde o seu início, as áreas temáticas contempladas se expandiram de 4 para 10. A Associação tinha, em junho de 2011, 799 associados¹¹. A Tabela 3, abaixo, apresenta uma radiografia do espaço dado às Relações Internacionais e à política externa em todos os encontros da ABCP.

¹¹ A ABCP oferece, no seu sítio na Internet, uma listagem dos associados. http://www.cienciapolitica.org.br/abcp/socios_associados.html. Acesso em 27 de junho de 2011.

Tabela 3
As Relações Internacionais e a Política Externa nos encontros da ABCP

Encontros	Nº Áreas Temáticas/ Seminários Temáticos	ATs/ STs Relações Internacionais	Sessões/ Painéis de Política Externa	Nº total Mesas redondas	Nº MRs de RI (inclui PE)	Nº MRs de PE
1º - 1998	4 STs	1 (4 sessões)	0	8	0	0
2º - 2000	6 STs	1 (4 sessões)	1	14	3	0
3º - 2002	6 ATs	1 (7 painéis)	2	10	2	1
4º - 2004	6 STs	1 (7 painéis)	2	14	4	0
5º - 2006	6 STs	1 (6 sessões)	2	19	7	0
6º - 2008	7 ATs	1 (6 sessões)	1	23	8	1
7º - 2010	10 ATs	2 (6 sessões)	1	26	6	1
			Total	114	30	3

Fonte: Elaboração própria a partir dos programas impressos dos Encontros bianuais e do sítio da Associação na Internet.

Desde o primeiro encontro da ABCP, já havia instituída uma Área Temática (AT) de *Relações Internacionais*, que, em todos os encontros, tem agregado as pesquisas do campo. No último encontro, ocorrido em 2010, estreou uma nova AT que também abriga trabalhos na área, intitulada *Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais*. No que concerne as ATs/STs, assim, o espaço concedido às RIs foi constante até 2010, quando ele se ampliou. Esse é, na verdade, um espaço equivalente àquele dedicado a importantes subáreas da Ciência Política, como, por exemplo, “Eleições e Representação Política” e “Estado e Políticas Públicas”. O mesmo pode ser dito no que concerne o número de Mesas Redondas dedicadas às RIs (30, de um total de 114, ou 26,3%), também ele significativo e aparentemente proporcional àquele de subáreas importantes e certamente maior do que o lugar ocupado por outras. Porém, no que diz respeito ao espaço concedido à política externa, tida como subárea das RIs, o resultado parece-nos mais ambíguo. Se no caso das sessões/painéis o espaço dado à política externa parece proporcional àquele desfrutado por outras subáreas das RIs, à exceção do primeiro encontro, quando não houve sessão alguma voltada à política externa, o número de mesas

redondas da subárea de PE é realmente exíguo. Apenas 3 mesas redondas sobre política externa foram realizadas nos sete encontros (3 de 30 mesas de RI, ou 10%).

Vejamos, agora, o espaço dado às RIs e à política externa nos encontros da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). A ANPOCS foi criada em 1977 e, segundo o seu sítio na Internet, “atua na representação e aglutinação dos centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das ciências sociais no Brasil. A ANPOCS conta com a filiação de centros e programas de pós-graduação que têm na antropologia, na ciência política e na sociologia seu campo de atuação”¹². Foi no âmbito da ANPOCS que se criou, no princípio da década de 1980, o pioneiro Grupo de Relações Internacionais e Política Exterior (GRIPE), que “permitiu a articulação de uma rede de especialistas originalmente dispersos por todo o país” (HIRST, 1992, P.71). Esse grupo atuou ao abrigo dessa Associação até 1994 (MIYAMOTO, 1999).

¹² Fonte: <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/1/41/>, acesso em 21 de junho de 2011.

Tabela 4**As Relações Internacionais e a Política Externa nos Encontros da ANPOCS (1998-2011)**

Encontros	Nº de Grupos de Trabalho/ Seminários Temáticos	GTs/STs de Relações Internacionais	Sessões de Política Externa nos GTs/STs de Relações Internacionais	Nº total de Mesas Redondas	Nº de MRs de RI inclui PE)	Nº de MRs de PE
22º - 1998	21 GTs	2 (3 sessões cada)	1	n.d	n.d	n.d
23º - 1999	21 GTs	2 (3 sessões)	0	n.d	n.d	n.d
24º - 2000	21 GTs	2 (3 sessões)	2	n.d	n.d	n.d
25º - 2001	24 STs	1 (3 sessões)	0	n.d	n.d	n.d
26º - 2002	25 GTs	1 (3 sessões)	0	n.d	n.d	n.d
27º - 2003	27 STs	2 (3 sessões)	0	23	2	n.d
28º - 2004	27 GTs	2 (3 sessões)	0	26	2	0
29º - 2005	27 GTs	2 (3 sessões)	1	27	2	0
30º - 2006	27 GTs	2 (3 sessões)	1	26	3	0
31º - 2007	35 STs	2 (3 sessões)	1	26	5	0
32º - 2008	41 GTs	2 (3 sessões)	0	29	4	0
33º - 2009	41 GTs	2 (3 sessões)	0	21	2	0
34º - 2010	37 STs	1 (3 sessões)	0	20	2	1
35º - 2011	38 GTs	3 (3 sessões)	1	n.d	n.d	n.d
Total	410 GTs/STs	25 (75 sessões)	7	197	22	1

Nota: n.d. = não disponível.

Fonte: Elaboração própria a partir dos programas impressos dos Encontros anuais e do sítio da Associação na Internet

A ANPOCS tinha, em junho de 2011, 99 centros de pesquisa e programas de pós-graduação filiados, de 19 estados da federação, mais o Distrito Federal. A Tabela 4, abaixo, apresenta uma radiografia do espaço dado às RIs e à política externa nos 14 encontros anuais ocorridos entre 1998 e 2011¹³. Sendo um encontro muito maior do que aqueles realizados pela ABRI e pela ABCP, até porque se trata de uma associação de vocação mais claramente multidisciplinar, vários outros tipos de atividades acontecem, que não apenas os Grupos de Trabalho/Seminários Temáticos e as Mesas Redondas, os quais estão, por certo, entre as principais atividades realizadas.

Inicialmente, devemos observar que, se o número de GTs/STs quase dobrou ao longo do período em questão, de 21 em 1998 para 38 em 2011, refletindo a expansão da pós-graduação em Ciências Sociais no país, o número de GTs/STs dedicados às Relações Internacionais permaneceu relativamente constante ao longo do período, no qual ocorreu o *boom* das RIs no Brasil. Tendo a área se expandido tão fortemente no período, torna-se possível pensarmos que o campo perdeu espaço na ANPOCS ou optou por não pleitear uma ampliação do lugar dedicado nela às RIs. Quando se recorda que a ABRI foi criada em 2005, tendo realizado os seus encontros em 2007, 2009 e 2011, parece possível sugerirmos que a constituição da associação dos internacionalistas, por certo relevante e oportuna, se não foi responsável pela diminuição do “tradicional” espaço das RIs na ANPOCS, tampouco contribuiu para a sua expansão. Do ponto de vista daqueles interessados no fortalecimento da Análise de Política Externa no país, como este autor, tal desenvolvimento não deixa de ser problemático, na medida em que a subárea da APE, sendo assumidamente pluridisciplinar, requer o tipo de fertilização recíproca proporcionada por eventos acadêmicos interdisciplinares como a ANPOCS.

Dando seqüência à análise da Tabela 4, devemos notar que permaneceu rarefeito o espaço dado à política externa, a despeito da crescente visibilidade e relevância que essa política assumiu, nos últimos anos, na agenda política brasileira. Nos 14 anos analisados foram realizadas apenas 7 sessões de PE, das 75 sessões acontecidas nos 25 GTs/STs de Relações Internacionais. Analisando

¹³ O sítio da ANPOCS na Internet disponibiliza apenas os programas dos encontros acontecidos entre 1998 e 2011.

as Mesas Redondas ocorridas nos encontros sobre os quais há informação disponível, pode-se destacar o seguinte: do total de 197 MRs realizadas entre 2003 e 2010, 22 foram dedicadas às RIs (11,17%). Porém, nesse mesmo período foi realizada apenas uma Mesa Redonda que teve como foco a política externa, o que, definitivamente, não reflete a crescente visibilidade que a política exterior do país teve durante o governo Lula, tanto no plano político e societário como no acadêmico.

4- A política externa nos periódicos acadêmicos brasileiros da área de Relações Internacionais

Nesta seção, avaliaremos a frequência e o tipo de tratamento dado à política externa nos artigos publicados, entre os anos de 1990 e 2010, por aqueles que consideramos os principais periódicos acadêmicos brasileiros da área de Relações Internacionais, quais sejam, por ordem alfabética: *Cena Internacional*, *Contexto Internacional*, *Política Externa* e *Revista Brasileira de Política Internacional*¹⁴. Cabe recordarmos que trabalhos importantes dedicados ao estudo da política externa, brasileira e de outros países, têm também sido publicados por outros periódicos das Ciências Sociais e Humanas do país, os quais, contudo, não foram contemplados pelo mapeamento que apresentaremos a seguir.

A Revista *Cena Internacional* é publicada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) desde 1998. A revista é semestral, sendo um periódico avaliado no Qualis da CAPES¹⁵, pela área de Ciência Política e Relações Internacionais, em 2011, como B2. A Revista *Contexto Internacional* é publicada pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC/RJ) desde 1985.

¹⁴ Lessa (2005) considera “injustificadamente restrito” o número de periódicos especializados, “especialmente de revistas científicas, que amparem e promovam o debate na área”. Note-se, também, que o autor não considera a revista *Política Externa* como de “natureza científica”, mas dedicada à “veiculação de artigos escritos por diplomatas e empresários em formato de alta divulgação” (2005, p.177). Cruz & Mendonça, por seu turno, acreditam que esse periódico é “um dos mais importantes veículos da área”, que se distingue dos demais “pelo alcance de sua circulação e pelo público diversificado que atinge” (2010, p.309).

¹⁵ O Qualis é o instrumento, desenvolvido pela Capes, que avalia e ranqueia os periódicos científicos.

A revista também é semestral, sendo classificada como A2 no Qualis. A Revista *Política Externa* é publicada pela Editora Paz e Terra, com o apoio do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). A publicação é editada trimestralmente desde 1992 e tem conceito B2 no Qualis. A *Revista Brasileira de Política Internacional* é publicada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) desde 1957. O periódico é semestral desde o seu lançamento, sendo avaliado como A2 no Qualis da CAPES.

Os artigos dedicados à política externa, publicados por esses quatro periódicos acadêmicos, foram mapeados e classificados a partir de seus títulos e/ou da leitura de seus sumários, o que é um método que assumimos como problemático, mas que se torna legítimo quando se reconhece que, neste período (1990 a 2010), esses periódicos publicaram um total de 1347 artigos. Foram excluídas da análise as resenhas de livros, entrevistas, notas, documentos, “expediente” e “passagens” (comentários biográficos sobre personalidades do mundo acadêmico e político recentemente falecidas, publicados na revista *Política Externa*). Selecionados os artigos dedicados ao estudo da política externa (224 de 1347 ou 16,63% do total de artigos publicados¹⁶), esses foram classificados segundo as mesmas quatro categorias apresentadas há pouco, quais sejam: (a) política externa brasileira (PEB); (b) política externa de outros países (PEOP); (c) análise da política externa brasileira (APEB); e (d) análise da política externa de outros países (APEOP).

A Tabela 5, abaixo, apresenta o panorama geral encontrado.

¹⁶ A revista *Política Externa*, sozinha, publicou quase a metade destes 1347 artigos (639 ou 47,44%). A *RBPI* vem na sequência, com 23,46% deles.

Tabela 5 - A Política Externa nos Principais Periódicos Brasileiros da Área de Relações Internacionais (1990-2010)

	CENA INTERNACIONAL *		CONTEXTO INTERNACIONAL		POLÍTICA EXTERNA **		RBPI		TOTAL		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
POLÍTICA EXTERNA (PE)	Brasileira	12	5,36	5	2,23	24	10,71	35	15,63	76	33,93
	De Outros Países	5	2,23	5	2,23	28	12,50	11	4,91	49	21,88
	Subtotal 1	17	7,59	10	4,46	52	23,21	46	20,54	125	55,80
ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA (APE)	Brasileira	5	2,23	15	6,70	18	8,04	17	7,59	55	24,55
	De Outros Países	2	1	8	3,57	28	12,50	6	2,68	44	19,64
	Subtotal 2	7	3,13	23	10,27	46	20,54	23	10,27	99	44,20
TOTAL (PE + APE)		24	10,71	33	14,73	98	43,75	69	30,80	224	100

N = número de artigos sobre política externa publicados.

(*) A Revista *Cena Internacional* começou a ser publicada em 1998.

(**) A Revista *Política Externa* começou a ser publicada em 1992.

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações contidas nos sites das revistas na Internet.

O fato de os artigos dedicados à política externa totalizarem somente 224 (16,63%) dos 1347 artigos publicados pelos 4 periódicos entre 1990 e 2010 é mais um indicador do caráter hoje minoritário da política externa no campo das RI no Brasil. A análise que se segue está concentrada nesses 224 artigos. A

maior parte deles (125) foi classificada na categoria “política externa” (PE). Os artigos afinados com a subárea da APE são em menor número (99). Aqueles dedicados ao Brasil (PEB + APEB) somaram 131, ao passo que aqueles voltados à política externa de outros países (PEOP + APEOP) totalizaram 93. Intuitivamente, poderíamos imaginar uma diferença maior. O fato de essa diferença não ser tão grande sugere que a comunidade de internacionalistas brasileiros não é assim tão autocentrada (há artigos escritos por estrangeiros, é claro, mas o seu número é reduzido¹⁷). No que diz respeito à distribuição destes 224 artigos dedicados à política externa segundo as 4 categorias aqui propostas, o resultado é o seguinte, em ordem decrescente: PEB (76 ou 33,93%); APEB (55 ou 24,55%); PEOP (49 ou 21,88%); e APEOP (44 ou 19,64%).

Em números totais, a revista *Política Externa* é aquela que publicou a maior quantidade de artigos sobre política externa (PE + APE) (98) e a *Cena Internacional* a menor (24). Contudo, dadas as diferenças na periodicidade das revistas, na data de início de sua publicação e no número de artigos publicados em cada volume, é interessante observarmos a questão também levando em consideração as porcentagens em relação ao total de artigos, de todas as subáreas das RIs, publicados por cada revista. Feitos tais cálculos, é a *RBPI* que publicou a maior porcentagem de artigos sobre política externa (PE + APE) (21,84%). As demais publicaram, em ordem decrescente: *Cena* (16%); *PE* (15,34%) e *Contexto* (13,64%).

A revista que, no período em questão, mais publicou APEB foi, em números absolutos, a *Política Externa* (18), seguida pela *RBPI* (17). Contudo, como percentual do total geral de artigos publicados por cada uma das revistas, a que mais publicou APEB foi a *Contexto* (6,2%), seguida pela *RBPI* (5,38%).

No que diz respeito à APE (APEB + APEOP), aquela que mais publicou, em números absolutos, foi a *Política Externa* (46), seguida por *RBPI* e *Contexto* (empatadas com 23). Como percentual do total geral de artigos de cada revista, porém, a que mais publicou APE foi a *Contexto* (9,5%), seguida da *RBPI* (7,28%).

¹⁷ Ressalte-se, porém, que em seu mapeamento da política comparada no Brasil, Santos & Coutinho (2002), analisando 5 periódicos das Ciências Sociais nacionais, dentre eles apenas um de RI (*Contexto Internacional*), notaram que, “*grosso modo*, 20% das publicações das revistas examinadas são de autores estrangeiros” (p.11). Não fizemos cálculo semelhante em nosso trabalho.

A *RBPI* é a revista que mais publicou PEB tanto em números absolutos (35) quanto como porcentagem de tudo que publicou no período (11,08%). No que toca a PE (PEB + PEOP), a que mais publicou no período, em números absolutos, foi a *Política Externa* (52), seguida da *RBPI* (46), ao passo que, como percentual de todos os artigos publicados pela revista, aquela que mais publicou PE foi a *RBPI* (14,56%), seguida da *Cena* (11,33%).

Até aqui, a situação foi discutida para o período 1990-2010. Para que pudéssemos ter uma idéia de processo, ou da evolução ao longo do tempo, a década passada foi dividida em dois períodos de 5 anos, quais sejam: 2001-2005 (p1) e 2006-2010 (p2). Quando se pensa no total de artigos sobre política externa (PE + APE) publicados pelos 4 periódicos que estamos analisando, constata-se que houve um aumento de 64 para 83 trabalhos de p1 para p2 (+ 19 artigos). O crescimento maior foi de PE (PEB + PEOP), de 32 para 44 artigos (+ 12). O campo da APE (APEB + APEOP) cresceu em 7 trabalhos (32 em p1 e 39 em p2). No período 2006-2010 (p2), todas as nossas quatro categorias foram ampliadas, quando comparado com p1 (2001-2005): PEB, de 21 para 25 artigos (+ 4); PEOP, de 11 para 19 (+ 8); APEB, de 15 para 20 (+5); e APEOP, de 17 para 19 (+ 2 artigos).

Para encerrar a seção, cabe reiterar as descobertas que considero mais relevantes. Primeiramente, o fato de que o espaço dedicado à política externa nas quatro principais revistas de RI do país ser quase periférico (apenas 224 artigos, de um total de 1347 publicados entre 1990 e 2010, ou 16,63% deles). É também importante o fato de os artigos que se filiam à subárea da Análise de Política Externa serem em menor número (APE = 99 < PE = 125). Quando contrastados os períodos 2001-2005 e 2006-2010, se todas as nossas 4 categorias se ampliaram (PEB; PEOP; APEB e APEOP), a subárea da APE cresceu menos (APE + 7 e PE +12). Também esses indicadores apontam um desenvolvimento mais frágil da subárea da Análise de Política Externa.

Outra descoberta interessante é o fato de, no período 1990-2010, o número de artigos dedicados à política exterior do Brasil (PEB + APEB) não ter sido muito maior do que o daqueles devotados à PE de outros países (131 x 93), o que, como sugerimos, pode denotar o caráter pouco autocentrado ou paroquial dos internacionalistas brasileiros.

A comparação dos 4 periódicos entre si revela o seguinte, de mais relevante: se a revista *Política Externa* publicou, entre 1990 e 2010, o maior

número de artigos sobre política externa (PE + APE) (98), foi a *RBPI* que, entre as 4, publicou a maior porcentagem de trabalhos da área (21,84% de todos os artigos que ela publicou no período). Tanto no caso de APE como de APEB, a revista que mais publicou no período, em número absoluto, foi a *Política Externa*, que é trimestral e não semestral, como as outras. Porém, em ambos os casos, quem mais publicou APE e APEB como porcentagem de tudo que publicou foi a *Contexto Internacional*. No que diz respeito a PEB, a revista que mais publicou tanto em termos absolutos como relativos foi a *RBPI*. Quanto a PE (PEB + PEOB), quem mais publicou em termos absolutos foi a revista *Política Externa*, mas como porcentual esse posto coube à *RBPI*.

5- A política externa comparada nas Relações Internacionais brasileiras

Em função da relevância que o estudo comparativo da política exterior teve, historicamente, na conformação da subárea da Análise de Política Externa nos Estados Unidos, tendo constituído-se originalmente como um de seus pilares, decidimos apreciar também a utilização das comparações nos trabalhos sobre política externa elaborados no Brasil. Serão analisados, a seguir, as teses e dissertações dos PPGRI e do Banco da Capes, discutidas na subseção 2.2 deste estudo, e os artigos sobre política exterior publicados nos 4 periódicos analisados na seção 4, quais sejam, *Cena Internacional*, *Contexto Internacional*, *Política Externa* e *Revista Brasileira de Política Internacional* (1990-2010).

Por “política comparada” entendemos: (a) o estudo das semelhanças e diferenças entre os cursos de ação adotados por dois ou mais países; e (b) a busca de comparação, no âmbito de um mesmo país, entre governos ou períodos distintos, bem como entre o tratamento dado por um mesmo país ou governo a duas ou mais questões de política externa. Isso implica compreender a política comparada como campo e não como método. Devemos recordar, aqui, uma limitação importante do levantamento apresentado a seguir, feito apenas pela menção explícita, no título, ao intuito comparativo. Esse método, reconhecidamente problemático, não consegue captar, por exemplo, aqueles trabalhos, tão comuns no estudo da política externa brasileira, que pretendem analisar as famosas “continuidades e rupturas” promovidas, nessa seara, pelos distintos presidentes. O método tampouco é sensível às “comparações implícitas” (Amorim Neto, 2010).

Dois estudos anteriores procuraram mapear e caracterizar a política comparada na Ciência Política brasileira, quais sejam, Santos & Coutinho (2002) e Amorim Neto (2010). O primeiro deles abordou também, ainda que de forma não sistemática, a área de Relações Internacionais, ao passo que o segundo optou por não a incorporar. Esse segundo estudo, seguindo a tradição norte-americana, define política comparada como “a política dos outros”, ou seja, a política de “outros povos”, quer sejam feitas **ou não** comparações efetivas ou explícitas. Se adotássemos essa definição, teríamos que incorporar também os trabalhos que classificamos como PEOP (política externa de outros países) e APEOP (análise de política externa de outros países), o que não será feito aqui.

Como vimos na subseção 2.2 deste trabalho, 809 teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em Relações Internacionais estão disponibilizadas *on line*. Dessas, 167 (ou 20,64%) são dedicadas ao estudo da política externa. Dentre essas 167, apenas 11 (ou 6,59% dos trabalhos sobre política exterior) podem ser consideradas estudos comparativos segundo os critérios apresentados acima. A minoria delas (5) compara as políticas de dois ou mais países.

Na mesma subseção, apresentamos o resultado de um levantamento, por palavra-chave, feito junto ao Banco de Teses e Dissertações da Capes. Foram contabilizados 588 trabalhos sobre política externa. Desses, somente 29 (ou 4,93%) foram considerados estudos comparativos, sendo que a minoria deles (10) procurou comparar dois ou mais países.

No que diz respeito aos artigos publicados pelos 4 principais periódicos da área de RI do país, mostramos, na seção 4, que no período 1990-2010 foi publicado um total de 1347 trabalhos, sendo 224 (16,63%) dedicados à política externa. Desses 224, apenas 19 artigos (8,48% dos estudos sobre PE) são estudos comparativos, sendo a minoria (9) devotada à comparação entre países.

O que se constata, então, é o caráter marginal da política externa comparada no Brasil, ao contrário do que ocorreu quando da constituição da subárea nos Estados Unidos. Recorde-se, porém, das limitações e imprecisões do método aqui utilizado. Estas cifras seriam muito mais altas se tivéssemos entendido como política comparada também os estudos monográficos sobre outros países, a exemplo da definição prevalecente nos EUA. Tendo adotado critérios distintos dos nossos e incorporando de maneira pouco sistemática a

área de RI, além de ser um trabalho do início dos anos 2000, Santos & Coutinho afirmaram:

“A área de política comparada está ainda pouco estruturada na academia brasileira. Embora exista um número expressivo de trabalhos, artigos, teses e projetos de pesquisa que adotam a perspectiva comparada, não há, na maioria dos principais centros de pesquisa e pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais do país, atividades científicas coerentemente estruturadas sob essa abordagem e nem uma preocupação institucional em desenvolver a área. Se adotarmos a concepção mais estreita de política comparada, que exige a referência a dois ou mais países, a produção científica brasileira reduz-se drasticamente. De fato, raramente o Brasil se compara com outros países. As comparações são temporais. Compara-se o Brasil com o Brasil”. (2002, p5).

Amorim Neto, por seu turno, utilizando definições e critérios outros, além de excluir as Relações Internacionais de sua análise, concluiu:

“O intenso diálogo com teorias comparativas é, de fato, uma característica da Ciência Política brasileira (...). Portanto, se, no tocante à prática explícita da política comparada, a situação brasileira não dá motivos para grande otimismo, no que diz respeito à prática implícita da subdisciplina, o quadro é mais animador. Assim, ao Brasil se aplica perfeitamente o que disse Sartori (...) da Itália: ‘Na Itália, os comparativistas multinacionais, por assim dizer, não são legião; mas quase todos os nossos politólogos são implicitamente comparativistas no sentido de que seus parâmetros são comparados’”. (2010, p.334).

6- Considerações finais

Diversos estudos recentes têm mostrado como o adensamento das relações internacionais do Brasil tem acarretado o aumento do impacto redistributivo, no plano doméstico, da política exterior do país, provocando uma crescente politização dessa política, tradicionalmente insulada e, por vezes, quase monopolizada, no passado não muito distante, pelo Itamaraty. A política externa do país mobiliza hoje, também em função do novo status internacional do Brasil, uma ampla gama de atores, societários e estatais, em um processo que já foi definido como de crescente pluralização (ver, por exemplo, Cason & Power, 2009, e Faria, 2012). Nesse contexto, de difícil reversão, que é também reflexo das profundas mudanças por que tem passado o sistema internacional, a

política externa se torna objeto de disputa partidária e eleitoral, questão prioritária para distintos grupos de interesse e governos subnacionais e alvo de crescente intervenção por parte do legislativo, ganhando cada vez mais espaço na mídia.

Se o estudo da política externa, como das próprias relações internacionais, tradicionalmente esteve pautado pela conjuntura, no Brasil e alhures, não parece surpresa o crescente interesse, no campo acadêmico brasileiro das RIs, pela política exterior. O fato dessa subárea ser hoje minoritária nas RIs do país, ao contrário do que ocorria em décadas anteriores, como mostrado por este trabalho, deve ser visto como evidência adicional da expansão e do amadurecimento do campo também entre nós.

Se os estudos sobre política externa, como subárea das RIs, tornaram-se minoritários no país, como evidenciado aqui, acreditamos, também, termos demonstrado uma significativa mudança nesse subcampo, na medida em que, em várias das instâncias que analisamos, passaram a prevalecer as investigações típicas da Análise de Política Externa. Tais pesquisas, ao refutar a visão do Estado como ator unitário, ao valorizar os determinantes domésticos da política exterior, ao focar os processos decisórios e o componente institucional dessa política, têm mobilizado um instrumental analítico que nos parece mais adequado para a compreensão da atual inserção internacional do país. A pluralização dos atores envolvidos e interessados na política externa está sendo acompanhada por uma pluralização semelhante não apenas dos centros de ensino e pesquisa do país, mas também de seus objetos, abordagens e métodos de análise.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. (1993), “Estudo de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 36, 1: 11-36.
- _____. (1999a). *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo, Unimarco Editora.

- _____. (1999b), “Relações Internacionais”. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política (Volume III)*. São Paulo, Ed. Sumaré/ANPOCS.
- AMORIM NETO, Octavio. (2010), “A política comparada no Brasil: a política dos outros”. In: MARTINS, C.B. (Coord.), *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*, São Paulo, ANPOCS/Ed. Barcarolla.
- ARENAL, Celestino del.(1994), *Introduccion a las Relaciones Internacionales*. 3a edição, Madrid, Tecnos.
- CASON, Jeffrey; POWER, Timothy. Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian Foreign Policy making from Cardoso to Lula. *International Political Science Review*. Vol. 30, No.2, p.117-140. 2009.
- CERVO, Amado Luiz. (1994), “As relações internacionais do Brasil”. In: CERVO, A.L. (org.). *O desafio internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília, Ed. UNB.
- CERVO, A.L. & BUENO, Clodoaldo. (2002), *História da política exterior do Brasil*. 2a edição. São Paulo, Ed. Ática,
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e MENDONÇA, Filipe. (2010), “O campo das Relações Internacionais no Brasil”. In: MARTINS, C.B. (Coord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo, ANPOCS/Ed. Barcarolla.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2012). “O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários”. *Revista Contexto Internacional* (no prelo).
- FONSECA JR, Gelson. (1989), “Estudos sobre política externa no Brasil; os tempos recentes (1950-1980)”. In: FONSECA JR, Gelson & Leão, Valdemar C. (Orgs). *Temas de política externa brasileira*. Brasília, Ed Ática/IPRI.
- GERNER, Deborah J. (1995), “The evolution of the study of foreign policy”. In: NEACK, L.; HEY, J.A.K. & HANEY, P.J. *Foreign policy analysis. Continuity and change in its second generation*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.
- GROOM, A.J.R. (2007), “Foreign policy analysis: from little acorn to giant oak?”. *International Studies*, Vol.44, No.3, pp.195-215.
- HERZ, Mônica. (2002), “O crescimento da área de relações internacionais no Brasil”. *Contexto Internacional*, 24, 1: 7-40.
- HILL, Christopher & LIGHT, Margot. (1986), “Foreign policy analysis”. In: LIGHT, M. & GROOM, A.J.R. (Eds.). *International relations: a handbook of current theory*, London, Pinter Publishers.
- HIRST, Mônica. (1992), “Relações Internacionais no Brasil como área de pesquisa”. In: MICELI, S. (Org). *Temas e problemas de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, IDESP.
- HUDSON, Valerie M. (2005), “Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations”. *Foreign Policy Analysis*, 1, 1:1-30.

- _____. (2007), *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*. Lanham, Maryland, Rowman & Littlefield Publishers.
- HUDSON, Valerie & VORE, C.S. (1995). "Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow". *Mershon International Studies Review*, 39:209-238.
- KAARBO, Juliet. (2003), "Foreign policy analysis in the Twenty-First Century: back to comparison, forward to identity and ideas". *International Studies Review*, 5, 2:156-163.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka. (2001), "Foreign policy, International Politics, and Constructivism". In: KUBÁLKOVÁ, V. (org.). *Foreign policy in a constructed world*. New York, M.E. Sharpe.
- LESSA, Antônio Carlos. (2005), "Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48, 2: 169-184.
- _____. (2006), "A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil" In: LESSA, A.C. & OLIVEIRA, H.A. (Orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. Vol.2. São Paulo, Ed. Saraiva.
- LIGHT, Margot. (1994), "Foreign policy analysis". In: GROOM, A.J.R. & LIGHT, M. (Eds.). *Contemporary international relations: a guide to theory*. London, Pinter Publishers.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. (2003), "O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas". *Revista de Sociologia e Política*, 20:103-114.
- _____. (1999), "O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte". *Revista de Sociologia e Política*, 12: 83-98.
- NEACK, Laura; HEY, Jeanne A.K. & HANEY, Patrick J. (1995), *Foreign policy analysis. Continuity and change in its second generation*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall.
- RIPLEY, Brian. (1993), "Psychology, foreign policy, and international relations theory". *Political Psychology*, 14, 3: 403-416.
- ROSATI, Jerel A. (2004), "The frustrating study of foreign policy analysis". *International Studies Review*, 6:109-111.
- SANTOS, Norma Breda dos & FONSECA, Fúlvio Eduardo. (2009), "A pós-graduação em relações internacionais no Brasil". *Contexto Internacional*, 31, 2: 353-380.
- SANTOS, Norma Breda. (2005), "História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área". *Revista História (São Paulo)*, 24, 1: 11-89.
- SANTOS, Maria Helena Castro & COUTINHO, Marcelo J.V. (2002), "Política comparada: estado das artes e perspectivas no Brasil". *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais*, 54: 5-44.
- SARAIVA, José Flávio S. & CERVO, Amado Luís (Orgs.). (2005), *O crescimento das Relações Internacionais no Brasil*. Brasília, IBRI.
- SMITH, Steve. (1986), "Theories of foreign policy: an historical overview". *Review of International Studies*, 12, 1: 13-29.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o ensino e a pesquisa sobre a política externa no Brasil nas duas últimas décadas. Para tanto, o trabalho está organizado em cinco seções. Na primeira, discute-se a maneira como as principais narrativas acerca da evolução do campo de Relações Internacionais no Brasil, tido como área do conhecimento acadêmico, retratam o lugar que tem sido destinado, na própria área, ao estudo da política externa. A segunda seção é dedicada a uma apreciação do status da política exterior no ensino das RIs no país, tanto na graduação como na pós-graduação *scripto sensu*. Faz-se, também, um mapeamento e uma caracterização das teses e dissertações defendidas que tiveram como objeto a política externa. Na terceira, avalia-se o espaço dado aos estudos sobre política exterior em 3 fóruns acadêmicos de abrangência nacional, quais sejam: nos encontros da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Na quarta seção é feito um mapeamento e uma caracterização dos artigos sobre política exterior publicados, entre 1990 e 2010, nos seguintes periódicos brasileiros da área de RI: *Cena Internacional*, *Contexto Internacional*, *Política Externa* e *Revista Brasileira de Política Internacional*. Por fim, a quinta e última seção procura avaliar, brevemente, a relevância que os estudos comparativos têm na subárea da política externa no país. As considerações finais fazem um balanço geral da investigação empírica apresentada nas seções anteriores.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Internacionais; Brasil; Política Externa.